



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

**(RE) PENSANDO A EDUCAÇÃO SEXUAL DE DISCENTES
CADEIRANTES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO
ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – CEB/UEFS**

Débora Araújo Leal; Antônio Palma Santana

*Universidade Estadual de Feira de Santana. delleal8@hotmail.com; Instituto de Educação Social e
Tecnológico. Palma_655@hotmail.com*

RESUMO

Este artigo propõe-se a traçar reflexões sobre a educação sexual de discentes cadeirantes do CEB/UEFS. Esta é uma pesquisa qualitativa, as discussões relativas à educação sexual e a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços escolares, surgiram no início do século XX, e somente na década de 1980 tornou-se urgente devido às mudanças ocorridas na sociedade como as altas taxas de gravidez na adolescência e o aumento do número de casos com doenças sexualmente transmissíveis. Estudo de natureza qualitativa que utilizará o questionário e a entrevista semi estruturada. Desta forma o roteiro foi construído com o objetivo de conhecer as concepções pedagógicas das educadoras do CEB/UEFS ao trabalhar a educação sexual dos discentes cadeirantes. O material empírico obtido foi analisado segundo a Técnica de Análise de Conteúdo, modalidade temática, que culminou nos seguintes temas: “O olhar das educadoras: o discurso oficial versus cotidiano pedagógico”; A dialogicidade entre valores e práticas profissionais”; A (dis) função escola/família no fazer pedagógico”; O estudo evidenciou que há um comprometimento por parte das educadoras no que tange o tratamento da educação sexual aos discentes cadeirantes, porém a família precisa ser mais integrada nesse processo. Sugere-se investimento em estratégias que possibilitem um entrosamento entre família/aluno/escola/educador, fortalecendo o potencial gerador de formação/informação, consolidando-se de fato em uma proposta operacional.

Palavras-chave: Educação Sexual, Formação docente.

INTRODUÇÃO

A temática apresentada nesta pesquisa sobre educação sexual e inclusão caracteriza-se pela complexidade em vista do referencial sócio-histórico e cultural em que se qualifica a sexualidade dos educandos com necessidades educativas especiais. Assim, adquirir conhecimentos sobre a educação sexual dos discentes cadeirantes foi o ponto de partida para a realização deste estudo.

A aproximação com essa realidade ocorreu através de contato com alguns discentes cadeirantes, o que despertou a curiosidade de investigar sobre a inclusão educacional destes



na sociedade. Busca-se também com este estudo compreender as dificuldades vivenciadas por educadores ao trabalhar a educação sexual destes discentes, tendo em vista que estes problemas perpassam as limitações motoras e as alterações dos sistemas do corpo, e se manifestam nas complicações do exercício dos seus papéis sociais na integração e inclusão da nova imagem corporal e na expressão da sexualidade.

Nesta direção Costa (2002), aponta que deve haver uma formação que conduza a reflexões sobre a relação entre a sexualidade e a escola, pois esta educa sexualmente, independentemente de ser de maneira clara e sistematizada, sem intencionalidade e verdadeiramente assumida. Suas normas, currículos, conhecimentos e as posturas dos sujeitos que convivem em seu interior, podem ser encarados como metodologia dessa educação. Toda essa problemática se deve ao fato de que a deficiência física traz sérias consequências no âmbito socioeconômico, emocional e físico. Entretanto, apesar de existirem essas alterações, a atitude do educador ao trabalhar a temática sexualidade em sala de aula precisa observar as diferenças e as concepções de belezas corporais impostas pela sociedade, para que não venha reforçar a exclusão, ao invés de promover a inclusão.

Dessa forma, deve-se ressaltar que promover a inclusão, não significa, apenas, permitir que o aluno especial adentre em uma escola regular mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos e cidadão (Cury, 1999). Para que uma escola se torne verdadeiramente inclusiva, é preciso que seus professores sejam motivados, envolvidos com o novo paradigma da inclusão e, sobretudo, capacitados para dar conta de atender às diversidades, às necessidades de seus discentes especiais, para que eles não fracassem na escola e na sociedade.

Assim sendo, a escola não tem função apenas de ensinar, mas de formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, tornando-os capazes de enxergar a realidade e discernir sobre como agir. Na realidade, a construção da sexualidade é um processo extremamente complexo, concomitantemente individual social, psíquico e cultural, que possui historicidade, envolve práticas, atitudes e simbolizações. A problemática desta pesquisa situa-se no seguinte questionamento: De que maneira as docentes do CEB/UEFS concebem e incorporam na prática pedagógica a educação sexual de discentes cadeirantes? O objetivo geral é investigar, sob a ótica das docentes do CEB/UEFS, como a educação sexual de discentes cadeirantes vem sendo incorporada nas práticas pedagógicas. Os objetivos específicos compreendem conhecer como as docentes entendem ou vem trabalhando a



sexualidade dos discentes cadeirantes em sua prática pedagógica; e analisar as possibilidades e desafios de trabalhar com o tema sexualidade numa perspectiva inclusiva.

Partindo deste pressuposto elencamos como questões norteadoras deste estudo: Como vem se consolidando a educação sexual de discentes cadeirantes no CEB/UEFS na percepção das docentes envolvidas com essa prática? De que forma as docentes entendem como co-responsáveis na construção de nova forma de re-pensar a sexualidade? Que canais de comunicação são estabelecidos, que possibilitem falar sobre sexualidade numa perspectiva inclusiva? Quais as dificuldades e possibilidades identificadas para a inserção da temática nos conteúdos pedagógicos? Faz-se necessário, portanto, não só trabalhar com crianças e adolescentes os processos cognitivos, mas todos os aspectos relacionados com a afetividade, com a formação da cidadania, com a ética, com a sexualidade.

QUADRO TEÓRICO

Percebe-se que, nas últimas décadas, as crianças, os adolescentes e os jovens têm um lugar relevante no contexto das políticas públicas, especialmente relacionadas à educação sexual. A preocupação com a temática da sexualidade fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) passassem a estimular projetos de orientação sexual nas escolas, culminando no ano de 1997, na inclusão da temática como tema transversal no Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Foi proposto que a educação sexual deveria ser articulada nas diversas disciplinas e outros temas, tais como ética, saúde, gênero, meio ambiente e pluralidade cultural. A tentativa de integrar o tema em diversos campos disciplinares se apresenta como uma forma de favorecer abordagens pluralistas e interdisciplinares, possibilitando coerência entre a sexualidade e ciências, humanidade, identidade, história, valorações estéticas e éticas.

Não há especificamente nos documentos oficiais a união entre sexualidade e deficiência, mas espera-se que as escolas juntamente com seu corpo docente dêem maior atenção ao tema, e estabeleçam estratégias que promovam e legitimem sua inclusão curricular. No entanto este processo tem aflorado a discussão sobre o que se espera do educador, quais ferramentas pedagógicas dispõem para propiciar sua reflexão e desempenhar com segurança a sua prática.

É preciso considerar que os educadores também sofreram com os tabus, sem contar a solidão e a culpa das descobertas sexuais. Sexo, durante muito tempo, foi uma conversa proibida, e por esse motivo, muitos educadores ainda encontram dificuldades em abordar o



assunto (Gherpelli, 1995). Entende-se que não basta o professor falar sobre sexualidade. Se faz necessário modificar sua cultura sexual e prepará-lo para identificar as necessidades dos discentes, sobretudo dos cadeirantes. É preciso saber que uma lesão medular, seja ela congênita ou adquirida, não o priva de uma educação sexual pautada em princípios e identidades construídas nos espaços sociais. Portanto o educador precisa fazer o diagnóstico da situação, definir os objetivos, identificar os resultados esperados e traçar uma estratégia de intervenção.

Se por um lado alguns grupos defendem a “junção” educação, sexualidade e deficiência, outros se mantêm reservados quanto ao papel da escola na educação sexual dos discentes cadeirantes. Acredita-se que essa divergência traga à tona, implicações subjetivas da construção da sexualidade dos educadores, ou seja, disponibilidade interna em abordar temas polêmicos permeados de valorações pessoais, temporais e culturais, em ampliar os espaços de vivências estabelecendo relações extra muros, resgatar e discutir o papel da escola e sua concepção pedagógica.

Para Teixeira Filho (2003), a palavra orientação sexual é utilizada como correlato de Educação sexual para explicitar as ações desenvolvidas pela escola, família e/ou serviços de saúde visando à preparação de crianças e jovens para uma vida sexual prazerosa, sadia, segura e responsável. A inclusão da orientação sexual com tema transversal demonstra um reconhecimento oficial quanto à importância da temática sexualidade nos espaços da educação formal. Tendo como eixo norteador, a ética, a cidadania e os direitos humanos, a proposta de trabalho elaborada pelos PCN's baseia-se no pressuposto que, sendo a sexualidade complexa e multidimensional, não poderia ficar circunscrita aos conteúdos formais e as discussões das ciências relacionadas à reprodução, reduzindo-a uma parte do corpo biológico. (Sampaio, 2005).

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido conforme os preceitos estabelecidos pela Resolução nº 196 de 10/10/1996 do Ministério da Saúde que regulamenta as diretrizes e normas de pesquisas que envolvem seres humanos (Vieira, 2001) e com a autorização do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana (Anexo 1). Para se compreender a singularidade da temática educação sexual e inclusão, adotaram-se as concepções teóricas da metodologia qualitativa por esta permitir uma melhor compreensão da realidade social do objeto em questão, e particularmente do objetivo geral da pesquisa que é: Analisar sob a ótica



das docentes do CEB/UEFS como a educação sexual de discentes cadeirantes vem sendo incorporada nas práticas pedagógicas.

Desta forma, os métodos de pesquisa devem ser selecionados, ajustados e desenvolvidos a partir de uma compatibilidade com a natureza do fenômeno estudado. Dentro das opções metodológicas disponíveis, o enfoque fenomenológico-hermenêutico constitui uma adequada alternativa à discussão dos pressupostos tidos como naturais.

Pode-se inferir que o método fenomenológico caracteriza-se pela ênfase ao “mundo da vida cotidiana”, esse método possui uma abordagem que não se apega às coisas observáveis, mas visa a penetrar seu significado e contexto com um refinamento e precisão sempre maiores. Para (Macedo 2000), a pesquisa fenomenológica parte da compreensão do viver e não de definições ou conceitos, e é uma compreensão voltada para os significados do perceber. Portanto perceber e analisar a dimensão da educação sexual dos discentes cadeirantes do CEB/UEFS incorporadas na práxis pedagógica é muito mais significativo do que apenas conceituá-la.

A escola também oferece acessibilidade física aos discentes cadeirantes através de rampas nas entradas da escola e acesso a sala de aula, possui banheiros adaptados, há menção de se construir móveis adaptados aos cadeirantes. No corpo discente atual possui uma cadeirante que está cursando o 2º Ano do Ensino fundamental, ela apresenta um diagnóstico de Paralisia Cerebral. Em termos conceituais, segundo Parker (1991), Paralisia Cerebral é a lesão ou agressão encefálica, de caráter irreversível e progressivo, decorrente no período de maturação do sistema nervoso central, promovendo alterações qualitativas de movimento e de tônus. Tem-se ainda que esta possa vir a gerar desordens sensoriais, intelectuais, afetivas e emocionais.

De acordo com Referenciais para a construção de Sistemas Educacionais Inclusivos a acessibilidade é um dos primeiros requisitos que possibilita a todos aos discentes o acesso à escola, pois: “garante a possibilidade, de todos, de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, frequentar a sala de aula, nela podendo atuar nas diferentes atividades” (Aranha, 2004, p. 21).

Esta pesquisa foi realizada em dois momentos. No primeiro aplicou um questionário, no segundo momento utilizou entrevista semi-estruturada, buscando o diálogo e aprofundamento das temáticas. Em relação à entrevista semi-estruturada, na elaboração do roteiro das temáticas consideram-se as orientações de Minayo (1992), segundo as quais a construção de um roteiro baseado na literatura e nos objetivos do trabalho implica conhecimento sobre o assunto pesquisado. Desta forma o roteiro foi construído com o



objetivo de conhecer as concepções pedagógicas das educadoras do CEB/UEFS ao trabalhar a educação sexual dos discentes cadeirantes. Ao tomar por base Minayo (1992), delimitamos três categorias de análise para as discussões dos dados a saber: O olhar das educadoras: o discurso oficial versus o cotidiano pedagógico; A dialogicidade entre valores e práticas profissionais; A (dis) função escola/família no fazer pedagógico.

RESULTADOS

O OLHAR DAS EDUCADORAS: O discurso oficial versus o cotidiano pedagógico

A discussão nesta unidade temática aborda aspectos relacionados ao compromisso e envolvimento das educadoras do CEB/UEFS na inclusão da educação sexual enquanto tema transversal, no tocante ao trabalho com o tema para os discentes cadeirantes, identificando quais dispositivos organizacionais e operacionais incentivam a discussão pedagógica interna.

... É preciso lembrar que os cadeirantes têm sentimentos, sexualidade como qualquer outro, nós também temos que trabalhar a diversidade sexual respeitando a diferença de cada um... (Professora A 'Questionário').

Evidencia-se nos discursos das educadoras entrevistadas que tem sido feito por parte da Secretaria Municipal de Educação em capacitar os professores no sentido de promover a inclusão dos discentes com necessidades educativas especiais na escola como também na abordagem do tema Educação Sexual no âmbito escolar.

“... Temos uma formação continuada desses parâmetros desde 2000... 2001 até hoje tivemos a oportunidade de estudar, de compreender melhor essa história de sexualidade e todos os temas transversais relacionados à saúde, até por que entra como tema transversal...”. (Professora A 'Questionário').

Nota-se que há um comprometimento por parte de alguns educadores no que tange a busca da transformação por meio do conhecimento. Segundo Sampaio (2005), capacitar é tornar habilitado para o desempenho de uma função, é qualificar a pessoa para determinado trabalho. A importância da capacitação encontra-se na possibilidade de acesso a informações e conhecimento dando condições plenas para o exercício de determinada função.

Os cursos são importantes, acredito que os temas relacionados ao sexo e sexualidade devem ser abordados na escola independente da turma ser de crianças especiais ou consideradas normais. (Professora B 'Questionário').



“... É importante que as questões relacionadas à sexualidade sejam abordadas na escola, pois também complementam o desenvolvimento do sujeito nas suas dimensões sexuais e biopsicossociais...” (Professora C ‘Questionário’).

Nesse processo, o mesmo autor destaca a importância que se trabalhem as habilidades básicas e específicas, ou seja, além de apreender conhecimentos, a pessoa deverá ser estimulada a exercitar suas competências básicas, que trata de sua comunicação, relacionamentos inter pessoais e sua capacidade de participar do trabalho em equipe. Vieira (2001), aponta que para ocorrer essa transformação os professores devem ser estimulados a se prepararem cientificamente e tecnicamente para as questões que estão sendo levantadas pelos discentes e pela sociedade real na qual eles se inserem.

A DIALOGICIDADE ENTRE VALORES E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Na concepção dos PCN's, o educador terá autonomia para identificar as diferentes estratégias e metodologias para trabalhar a educação sexual. No discurso oficial as atitudes pedagógicas do educador, devem pautar-se no reconhecimento da legitimidade e licitude das expressões da sexualidade, manifestas pelas crianças e jovens (Brasil, 1997).

Tais prerrogativas demandam do educador um contíguo de habilidades que transponham a visão de senso comum e que disponibilize aos mesmos, recursos para lidar com uma temática acima de sua própria carga de valores e visão de mundo. (Sampaio, 2005). Sabemos, no entanto que o modo como o educador re (age) pedagogicamente é produto de uma concepção pré-estabelecida da sexualidade, sendo resultante de uma formação pessoal e profissional que antecedem seu momento docente.

“...Falar sobre educação sexual é contrapor também uma reflexão acerca de sentimentos, emoções e afetos, fatores subjetivos fundamentais no desenvolvimento e na vida psíquica do ser humano”. (Professora F ‘Questionário’).

Nesse sentido, o professor precisa estar preparado para propiciar debates, lidar com valores e preconceitos, tratar a sexualidade para além do enfoque biológico, ao trabalhar com a temática é imprescindível que o professor tenha capacidade de rever sua postura e seus conhecimentos constantemente. Os próprios textos do PCN apontam que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade na escola, permitindo a construção de uma postura profissional e consciente na abordagem da temática e enfatizam que:



O professor deve então entrar em contato com em questões teóricas, leituras e discussões sobre os temas específicos de sexualidade e suas diferentes abordagens; prepara-se para a intervenção prática junto dos discentes e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual (BRASIL, 1997, p. 84).

Neste contexto, procura-se desenvolver um sujeito com competências para ajudar ou encaminhar situações que surjam na sala de aula, ou mesmo no convívio com os discentes. No entanto não se pode exigir do educador uma exoneração absoluta na abordagem das questões associadas à sexualidade, mas sem que tomem consciência sobre quais são os seus valores, crenças, opiniões e sentimentos que cultiva em relação à sexualidade para que desenvolva uma postura ética na sua atuação junto dos educandos (Brasil, 1997).

O papel do educador não é de impor um determinado tipo de padrão de comportamento, mas sim o de oferecer novos conhecimentos, exercitar o questionamento e proporcionar a interação de opiniões que possibilite as decisões individuais, devendo oferecer subsídios para o crescimento por meio da busca da verdade; que se o educador se propuser a ensinar o que seja certo ou errado, ele se colocará na posição de dono da verdade, afastando assim qualquer possibilidade de aproximação efetiva entre ele e os seus educandos. (Cury, 1999).

Neste sentido, o objetivo da educação sexual na escola consiste em colocar professores com preparo adequado, desempenhando de forma significativa seu papel, ajudando os discentes a superarem suas dúvidas, ansiedades e angústias, favorecendo um diálogo aberto, onde haja a possibilidade da quebra do silêncio, do tabu, e da vergonha.

A (DIS) FUNÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NO FAZER PEDAGÓGICO

É preciso reconhecer que a sexualidade é um fenômeno plural, uma vez que seus contornos variam de acordo com a história de cada um. A família ocupa um espaço importante na estruturação do exercício da sexualidade, sobretudo nos primeiros anos de vida. A capacidade de lidar de modo saudável com a própria sexualidade e a do outro, tem como base as relações de afeto e contato corporal da infância. As atitudes e comportamentos dos pais, as relações de igualdade e desigualdade exercem influência nas relações e comportamentos dos filhos. (Aranha, 2004).

A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado pelas relações familiares. De forma explícita ou implícita, são impressos os valores que cada família segue como seus e



espera que sejam assumidos pelas crianças e adolescentes. Um dos pontos levantados neste estudo como aspecto dificultador e conflitante ao processo de formação dos discentes, relacionam-se a desaprovação e resistência familiar na abordagem do conteúdo em sala de aula.

“...Eu acho que a maior dificuldade é a família, eles acham que ainda é cedo para tratar deste assunto. Os discentes vêm desesperados, em casa os pais ficam receosos em tratar do assunto, e para abordarmos na escola antes de iniciarmos o projeto, convocamos todos os pais para falar os objetivos e a metodologia utilizada...” (Professora H ‘Questionário’).

“... É muito difícil, se agente fala sobre sexualidade, eles chegam em casa e contam de forma distorcida para os pais, logo a família vem saber a metodologia que foi utilizada para abordar o assunto...” (Professora I ‘Questionário’).

Observa-se na atualidade, que existem famílias que acreditam que abordar o tema sexualidade com crianças e adolescentes é desnecessário, podendo o mesmo causar um estímulo precoce ao sexo. (Costa, 2002). Há de se considerar que a sexualidade configura-se por meio de inúmeras aprendizagens e práticas e é experimentada de modo explícito ou dissimulada. Assim tabus, preconceitos, diversidades de posições visões e valores estão fortemente presentes no cotidiano familiar e vão determinar o posicionamento dos sujeitos, seja ele inovador ou conservador, não permitindo discussões a respeito do assunto.

Cabe então a escola o desafio de trazer à tona o caráter complexo da sexualidade, as mensagens transmitidas pela família e por distintas instituições da sociedade que envolve uma multiplicidade de situações e contextos socioculturais afetivos distintos. Se por um lado os educadores identificam reprovação da família quanto à inclusão da orientação sexual nos conteúdos pedagógicos, por outro lado, depara-se com características e particularidades distintas e mesmo conflitantes com seu modo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o compromisso social gerado pelo conhecimento advindo desta pesquisa, espera que possa constituir um conjunto de reflexões e críticas que possibilite aos profissionais de educação recompor suas práticas e concepções acerca da sexualidade, contribuindo para uma ampliação da visão da educação sexual dos discentes caderantes e para melhoria dos modelos de intervenção dos educadores que lidam estes discentes refletindo sobre a inserção dos mesmos no contexto escolar de modo a considerar e respeitar a



identidade sexual de cada um a fim de promover a inclusão, que consideramos como possíveis impactos positivos do estudo.

Pretende-se com este estudo oferecer um retorno ao CEB/UEFS, informando as docentes os resultados da pesquisa, também pretensão de elaborar um adensamento teórico-metodológico sobre a inclusão do tema educação sexual aos discentes cadeirantes. Busca-se contribuir, no sentido de destacar os movimentos complexos de (re) significação de concepções e práticas que remetam aos princípios da educação especial, considerando a diversidade.

Deste modo, o debate gerado entre todos os envolvidos e as demais pessoas responsáveis pela educação e em particular por pensar as questões da Educação Especial num contexto inclusivo. Neste estudo, em que se buscou por meio da escuta das vozes das educadoras, analisar como a temática educação sexual, dos discentes cadeirantes vem sendo incorporadas nas práticas pedagógicas, foi possível conhecer e retratar a linguagem e as práticas institucionais presentes nesta instituição. A transversalização do tema é um discurso oficial imposto por uma política educacional de âmbito nacional, porém, nas suas estruturas organizacionais ainda não foi incorporada de fato.

As possibilidades e os desafios de se trabalhar com a educação sexual exigem constantemente do educador um (re) pensar sobre as mudanças para a melhoria da práxis pedagógica, como também reforçam a ideia de que programas e/ou projetos de intervenção que na prática traduzem uma orientação e uma decisão política previamente tomada, não garantem sua execução e implantação, exigindo a compreensão do contexto que molda e condiciona as representações dos atores.

Reconhece-se e reafirma-se a necessidade de adotar medidas que vislumbrem melhor apreensão das dificuldades percebidas e sentidas no cotidiano do educador. Portanto seria recomendável uma maior inclusão da família nesse processo, na perspectiva de ampliar o debate e reflexão acerca das propostas, para que ela se torne co-responsável e efetivamente se estabeleçam estratégias de mudanças.

Sugere-se ainda, que deva ser investido na formação continuada dessas educadoras, para tanto se vislumbra a possibilidade que neste processo formador estivessem envolvidos outros campos do saber científico como a antropologia, sociologia, psicologia, além de áreas que envolvam a saúde. Com um discurso de proteção sexual embutido subliminarmente nos PCN's permitiu-se deduzir que a informação, dependendo da maneira que será transmitida, pode tornar-se um elemento complicador na busca pela compreensão e exploração das identidades sexuais, das relações com o desejo e o prazer.



REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva**: V. 3: a escola/coordenação geral SEESP/MEC; organização– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. Lei 9.394 de 20/12/96. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Gráfica do Senado, 1997;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: V. 8, 1997;

COSTA, Florêncio Mariano Júnior. **Educação inclusiva e orientação sexual**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília: V. 20, n 1, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamyl. **Direito à diferença**: um reconhecimento legal. **Educação em revista**, Belo Horizonte: n°. 15, 1999.

GHERPELLI, Maria Helena Brandão Vilela. **Diferente, mas não desigual**. São Paulo: Gente, 1995.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: Ed. UFBA, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed., São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1992.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões**: A cultura sexual no Brasil contemporâneo. 2. Ed. Tradução de Maria Therezinha Cavallari. São Paulo: Best Seller, 1991;

SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. **O conhecimento transversal da sexualidade: o pensamento e a tradução do discurso**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005;

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. **Corpo afeto e sexualidades**: Capacitando professores para o trabalho com a educação sexual nas escolas. Núcleos de Ensino (V. 1) São Paulo: 2003.

VIEIRA, Sônia Hossne. **Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde**: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, V. 39. 2001.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ANEXO 1- PARECER DO CEP



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA / CEP-UEFS

Fone: (75) 3224-8124 Fax: (75) 3224-8019 E-mail: cep.uefs@yahoo.com.br

Feira de Santana, 29 de dezembro de 2010
Of. CEP-UEFS nº 331/2010

Senhor(a) Pesquisador(a): Prof^a Ivone Maia de Mello

Tenho muita satisfação em informar-lhe que o atendimento às pendências referentes ao seu Projeto de Pesquisa intitulado “**(Re)Pensado a educação sexual de discentes cadeirantes: desafios e possibilidades no contexto escolar do CEB/UEFS**”, registrado neste CEP sob **Protocolo N.º 151/2010, CAAE 0149.0.059.000-10**, satisfaz às exigências da *Res. 196/96*. Assim, seu projeto foi **Aprovado**, podendo ser iniciada a coleta de dados com os Sujeitos da pesquisa conforme orienta o *Cap. IX.2, alínea a – Res. 196/96*.

Na oportunidade informo que qualquer modificação feita no projeto, após aprovação pelo CEP, deverá ser imediatamente comunicada ao Comitê, conforme orienta a *Res. 196/96, Cap. IX.2, alínea b*.

Relembro que conforme instrui a *Res. 196/96, Cap. IX.2, alínea c*, Vossa Senhoria deverá enviar a este CEP relatórios anuais de atividades pertinentes ao referido projeto e um relatório final tão logo a pesquisa seja concluída.

Em nome dos membros do CEP-UEFS, desejo-lhe pleno sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e, em tempo oportuno, um ano **(29/12/2011)** este CEP aguardará o recebimento do seu relatório.

Atenciosamente,


Prof.ª Maria Ângela Alves do Nascimento
Coordenadora do CEP-UEFS